



EDITAL
REPUBLICADO
RETIFICADO EM 17/01/2024

PARTE A

LICITAÇÃO Nº 028/CPL/2023
PROCESSO N.º 8772/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP
JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 1.111.988,69 (hum milhão, cento e onze mil, novecentos e oitenta e oito reais, sessenta e nove centavos)

ORIGEM DOS RECURSOS: 0084
PROGRAMA DE TRABALHO: 15.01.26.127.0014.2366
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES.

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ DIA 30 DE JANEIRO DE 2024 ÀS 10HS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: 30 DE JANEIRO DE 2024 ÀS 10 HS.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL, PARA FORNECIMENTO DE INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E TRÁFEGO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ.

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo – 50 – Centro - Paracambi/RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 2 (duas) resmas de papel A4 e identificação do interessado.

O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico www.paracambi.rj.gov.br

Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9103 – 2683-9115 ou e-mail: comprasmpmp2paracambi@gmail.com

ÓRGÃO GERENCIADOR DO SRP: CHEFE DE GABINETE

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SECRETARIA MUNICIPAL TRÂNSITO E TRANSPORTES.

PRAZO PARA EXECUÇÃO: 12 MESES

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Orçamento – Cronograma – Composição BDI
Anexo 3	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 4	-	Modelo de Declaração
Anexo 5	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 6	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 7	-	Termo de Referência
Anexo 8	-	Minuta da Ata SRP
Anexo 9	-	Minuta de Contrato
Anexo 10	-	Atestado de Visita Técnica



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O Município de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro **VANIA ABBES DE ALMEIDA** e equipe de apoio **Gilcea Bitencourt Rodrigues, Mariana da Silva Azevedo, Ticiane dos Santos Sarubi e Luciane Maria Gomes Alfeld Cruz designados pela Portaria nº 159/2023 de 14 de junho de 2023**, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **028/2023** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, a partir do **SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, de conformidade com as disposições Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 5.267/2021 e 4.481/2017, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1- Os envelopes contendo a documentação e proposta serão recebidos na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, na sala da CPL, na sala da CPL até o dia **DIA 30 DE JANEIRO DE 2024 ÀS 10HS.**
A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL, situada à Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no **dia 30 DE JANEIRO de 2024 às 10H.**

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as pessoas jurídicas que apresentarem propostas até o dia e hora dispostos no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, mediante comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 - **ÓRGÃO GERENCIADOR DO SRP:** CHEFE DE GABINETE

1.5 – **ÓRGÃO PARTICIPANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES.

2 - OBJETO

2.1 – A presente licitação tem como **OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL, PARA FORNECIMENTO DE INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E TRÁFEGO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ.**, conforme descritos e especificados no **ANEXO 6** – Termo de Referência.

3 – DA ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1. O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em **R\$1.111.988,69** (hum milhão, cento e onze mil, novecentos e oitenta e oito reais, sessenta e nove centavos), conforme Anexo 1.1 deste edital.

4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial e no site oficial da Prefeitura e, a critério do Município, comunicados aos adquirentes do edital, via telefax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.2 - Os questionamentos ao ato convocatório do convite serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes na parte A deste edital, e deverão ser formalizados por escrito, encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

4.3 - Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pela Comissão de Licitação por escrito.

4.4 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação. A licitante deve impugnar o edital com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de abertura dos envelopes



com as propostas de preços, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/1993.

4.5 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas de preços.

5 – PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar do presente Pregão Presencial, as pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.2 - A pessoa jurídica participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.3 - É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado à reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

5.4 - É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.5 - Não será permitida a participação em consórcio.

5.6 - Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

5.7 – Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.8 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público lotado em órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.9 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5.10 – Não poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

6 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa será exigido procuração via instrumento público ou carta de credenciamento (**Anexo 04**), a ser entregue fora de qualquer envelope, dirigida ao Pregoeiro com referência ao presente edital, em original ou cópia devidamente autenticada e com reconhecimento de firma em cartório, com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

6.1.1 - A não apresentação do credenciamento, nos termos exigidos neste edital, impedirá a oferta de lances verbais e a manifestação da intenção de interpor recursos por parte do representante da licitante, não havendo impedimento para participação da licitação.



6.1.2 – É vedado que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

6.2 - Deverá ser apresentada pelo licitante, juntamente com o credenciamento, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação fora de qualquer envelope, inclusive para as empresas que encaminhareм a documentação e proposta por via postal.

6.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a declaração que cumpre plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

6.2.2 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 6.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

6.3 – A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar a declaração do item 6.2, deverá apresentar declaração conforme **Anexo 05**, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.3.1 – O microempreendedor individual, além de apresentar a declaração do item 6.2, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme **Anexo 05** declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.4 – Os documentos necessários para credenciamento deverão ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, mediante apresentação do original para conferência, na CPL, situada na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas.

6.5 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

7 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

7.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta

ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:

ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

8 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. - A efetiva participação no Pregão Presencial dar-se-á por meio de entrega dos envelopes de documentação de habilitação e proposta de preços, até o dia e o horário previsto no item 1.1.

8.1.1 - Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

8.2 - A proposta de preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

8.3 - A proposta de preços, deverá:

a) conter indicação do preço por item e total ofertado;

b) conter preço final do objeto para cada item e o preço por item ofertado na presente licitação;



c) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

d) prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega das propostas.

8.4- A proposta de preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações, desde que esteja igual ao formulário oficial de proposta (**Anexo 1**).

8.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

8.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do Pregão Presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

8.7 - Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no (**Anexo 06**) deste Edital serão desconsiderados.

8.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;

b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;

d) prazo máximo para início da prestação dos serviços, a contar da ordem de início exarada pela administração.

8.8.1 – Caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.

8.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

a) onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

b) onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

c) onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;

d) em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

e) em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

8.9.1 – A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

8.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

a) não estejam devidamente assinadas;

b) contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;

c) contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

d) apresente preço manifestamente inexecutável;

e) possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;



f) que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º, do artigo 44, da Lei Federal nº 8.666/1993;

g) não observar o disposto nos itens 7.1, 8.3 e 8.4 deste Edital.

8.10.1 – No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum licitante inexecutável, concederá ao respectivo o prazo de 2 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos serviços que pretende prestar são coerentes com os do mercado.

8.11 – Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

9 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para abertura dos envelopes de propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

9.2 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

9.3 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

9.4 - Aberta à sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação.

9.5 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), àquela de menor preço.

9.6 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após obedecido o disposto no parágrafo 2º, do art. 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais.

9.7 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 9.5, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.8 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, a partir do autor da proposta de maior preço, seguindo-se os demais classificados, em ordem decrescente de valor.

9.9 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.10 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada ao Pregoeiro a prorrogação.

9.10.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

9.10.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

9.12 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.



10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento, **MENOR PREÇO GLOBAL**.

10.2 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.3 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/2006 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

10.4 – Sendo verificada a ocorrência de empate entre licitante microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e outros licitantes, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.5 – Para efeito do disposto no subitem 10.4, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1 – O licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

10.5.2 – Não ocorrendo a contratação de licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 que se apresente na situação descrita no subitem 10.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.5.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/06 que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3 deste edital, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

10.6 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7 – A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

10.9 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 10.17 do edital.

10.10 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

10.11 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade de redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha a ser desclassificada.

10.12 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas neste Edital.

10.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

10.14 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993; em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no § 2º, do artigo 45, da Lei Federal nº 8.666/1993.



10.15 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

10.16 – De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

10.17 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor **Global** da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima do referido critério.

10.18 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato.

10.19 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

11 - HABILITAÇÃO

11.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas, na forma do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.1.2 – No caso dos documentos a serem autenticados por servidores da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes.

11.2 - A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

11.2.1 - Habilitação jurídica

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, do mesmo diploma legal, as pessoas naturais incumbidas da administração.

11.2.2 - Regularidade fiscal e trabalhista

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade fiscal perante à Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil



(RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei Federal nº 8.212/1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

c.3.1) os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi, sem prejuízo do atendimento do item c.3;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

11.2.2.1 – Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora na licitação.

11.2.2.2 - Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.2.2.3 - O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

11.2.2.4 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.3 – Qualificação econômico-financeira:

a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições;

a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, caracterizada pelos índices: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), não sendo permitido a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, calculados e assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante, através das seguintes fórmulas:

b.1) Índice de liquidez geral (ILG)

ILG \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + ANC}{PC + PNC}$$

Onde:

AC: ativo circulante

ANC: ativo não circulante

PC: passivo circulante



PNC: passivo não circulante

b.2) Índice de solvência geral (ISG)

ISG ≥ 1 , obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ISG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{PNC}}$$

Onde:

AT: Ativo total

PC: Passivo circulante

PNC: Passivo não circulante

b.3) Índice de liquidez corrente (ILC)

ILC ≥ 1 , obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

Onde:

AC: Ativo circulante

PC: Passivo circulante

b.4) Na hipótese de o licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

b.5) A apresentação das demonstrações contábeis é obrigatória para análise econômico – financeira de todas as empresas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

b.6) Certidão de Regularidade Profissional do Contador/Contabilista responsável que assina o Balanço apresentado na Habilitação da empresarial e emitido pelo CRC da sua Regional.

8.2.3.1 - As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento previsto na alínea “b” acima.

11.2.4 – Da Qualificação Técnica:

11.2.4.1 – As licitantes deverão apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica operacional em nome da empresa, devidamente registrado na entidade profissional competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado.

~~11.2.4.2 – Certidão de registro da empresa (pessoa jurídica) e do responsável técnico (pessoa física) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) atualizada;~~

Retificado para:

11.2.4.2 - Certidão de registro do responsável técnico (pessoa física) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) atualizada;

11.2.4.3 - Comprovação da Capacitação técnico profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) que conste em seu Acervo Técnico a execução dos serviços pertinentes e equivalentes ao objeto .

11.2.4.3.1 - Os atestados exigidos para serem aceitos, deverão estar devidamente registrados no CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, dando-se tal comprovação mediante apresentação da correspondente CAT com registro atestado – atividade concluída ou em andamento ou documento equivalente, que indique o RESPONSÁVEL TÉCNICO como contratada.



11.2.4.4 - A comprovação de vínculo profissional dos responsáveis técnicos deverá ser mediante ao quadro permanente de funcionários da licitante, até a data prevista para a entrega da proposta e será feita mediante apresentação, no caso de empregados, de cópias autenticadas das anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou da respectiva Ficha de Registro de Empregados, ou do livro correspondente devidamente registrado no Ministério do Trabalho ou do contrato de trabalho. No caso de sócios, deverá a licitante apresentar cópia do Contrato Social e/ou a sua última Alteração Contratual Consolidada.

Em caso de profissional autônomo deverá ser apresentado uma cópia autenticada do contrato de trabalho junto à empresa.

No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este item poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10 da Lei 8.666/93 por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

11.2.5 – Declaração complementar, conforme **Anexo 3**, consignando que:

a) assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;

b) atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade nos termos da legislação aplicável;

c) não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;

d) não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

e) garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;

f) os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou servidores municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção;

g) Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

h) Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.6 – Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

11.3 – Na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, e microempreendedor individual que observem o art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação de habilitação, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

11.3.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

11.2.7. - VISITA TÉCNICA

a) Deverá ser efetuada visita técnica no local em que serão prestados os serviços, com a finalidade de tomar pleno conhecimento das condições ambientais, técnicas, do grau de dificuldades dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir direta ou indiretamente na elaboração da proposta, e futuramente na execução do objeto do presente



edital, da qual será fornecido Atestado de Visita Técnica conforme ANEXO 10. (anexar junto aos documentos de Habilitação).

b) A Visita poderá ser realizada por intermédio de agendamento, devendo na data e horário marcado, a interessada comparecer à Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte, sito à Rua Estrada RJ, 127 - Lages - Paracambi-RJ até o dia anterior a data do certame.

b.1) Na realização da visita, solicita-se que o(s) representante (s) esteja(m) no local com no mínimo 15 minutos de antecedência ao horário marcado, munido de credencial assinada pelo representante legal da proponente com poderes específicos para realização da visita.

b.2) O documento de credenciamento acima citado poderá ser, em se tratando de sócio, o “Contrato/Estatuto Social” ou, em se tratando de preposto, “Carta de Credenciamento” acompanhada do Estatuto/Contrato Social.

c) O agendamento para realização de visita técnica deverá ser realizado pela licitante junto a Secretaria Municipal de Transito e Transporte, através telefone (021) 2683-2247.

Obs: A Empresarial licitante poderá optar por Declaração formal em substituição ao Atestado de Visita Técnica de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços com expressa ciência de que não poderá alegar desconhecimento de circunstâncias que influenciem na execução do contrato, com reflexo nos respectivos custos e preços. (Súmula 01 do TCE-RJ).

12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Após declarado o vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/2002, devendo a licitante manifestar imediata e motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

12.1.1 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2 - Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas o Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, devendo ser protocolada no horário de 10:00h às 16:00h na sala da CPL, situada na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, exclusivamente por escrito.

12.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.4 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

12.5 - O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

12.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL, no horário de 10:00h às 16:00h.

12.8 - Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o disposto no art. 41, § 2º da Lei Federal nº 8.666/1993.

13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

13.1.1 - No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.



13.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14 - DO RECEBIMENTO

14.1 - O objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega do objeto contratual, observada a seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;

b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

14.2 - Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à contratada, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

15 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1 – Assinado o Termo Contratual, o prazo máximo para a execução do serviço será de **12 (doze) meses**, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, e nos termos dos artigos 57 e 65 Lei 8.666/1993.

15.2 - O prazo de vigência do contrato administrativo poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, desde que a proposta da contratada seja mais vantajosa para o Município.

16 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o Município convocará o primeiro colocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.

16.1.1 – Na ata de Registro de Preços constará:

a) número da Ata, do processo administrativo e da licitação a que se refere;

b) identificação do objeto e a quantidade total estimada;

c) relação de fornecedores, pela ordem de classificação final no processo licitatório;

d) preço unitário do vencedor do respectivo item, com menção de que será praticado por todos os demais fornecedores;

e) valor total estimado para a execução do objeto;

f) órgãos e entidades participantes do registro;

g) prazo de vigência do registro;

h) menção do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos, que integrarão a Ata independentemente de transcrição;

i) necessidade de permanente pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados;

j) critério de repactuação dos preços registrados em razão da superveniente alteração da realidade de mercado;

k) limites global e individual para solicitações de adesão;

l) sanções pelo descumprimento de suas diretrizes;



m) hipóteses de cancelamento e extinção prematura.

16.2 – Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função de propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

a) o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e no sítio oficial da Prefeitura, ficando disponibilizados durante a vigência da ata de registro de preços.

b) quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da ata.

c) os órgãos participantes do registro de preços, quando da necessidade de contratação, deverão recorrer ao órgão gerenciador da ata de registro de preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

16.3 – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo cumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

16.4 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a execução do objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.5 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) for atestado o descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços;

b) o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

c) o prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

e) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

16.5.1 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.5.2 – Havendo cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

16.6 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata.

16.7 – A utilização da Ata de Registro de Preços por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador, devendo ser observados os limites e diretrizes fixados no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.8 – A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos nos subitens 16.11 e 16.12, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.



16.9 – A solicitação de adesão deverá observar o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.10 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

16.11 – O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.12 – O conjunto de solicitação de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao dobro do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.13 – A ata de registro de preço decorrente do presente procedimento terá o prazo de validade de 12 (doze) meses.

17 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA

17.1 – A Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação poderá ser modificada pelo Município, sendo obedecidas as disposições contidas no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

17.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

17.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

17.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador deverá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade, desde que a comunicação ocorra antes da autorização de fornecimento e seja comprovada a veracidade das informações prestadas.

17.5 – Nas hipóteses descritas nos subitens 17.3 e 17.4, caso reste inviabilizada a concretização da contratação com o fornecedor ou prestador de serviço registrado, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

17.6 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18 - DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo do Órgão Requisitante.

18.2 - Os atos da fiscalização realizados pelo Município não eximirão a empresa a ser contratada de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

19 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;



- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

19.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

19.1.2 - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

19.1.3 - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista na alínea “f” do caput deste item.

19.1.4 - Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c” e “d”.

19.1.5 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

19.1.6 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

19.1.7 - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

19.1.8 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

20 - RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

21 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 - O Município fará o pagamento, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela contratada e aceita pelo Município.

21.2 - Para fins de pagamento, prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

21.3 - Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

21.4 - O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.



21.5 - O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a contratada promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, "a", da Lei Federal nº 8.666/1993.

21.6 - Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

21.7 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA** e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

21.8 – Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

21.9 - No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

22 - ESTIMATIVA DE PREÇOS

22.1 - O preço global para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$1.111.988,69 (hum milhão, cento e onze mil, novecentos e oitenta e oito reais, sessenta e nove centavos)**, conforme especificações do Termo de Referência.

22.2. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresso requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice IPCA (índice de reajuste).

23 - DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá oferecer garantia do **OBJETO**, conforme prevê o Termo de Referência - **ANEXO 6**.

24 - DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.2 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993.

24.3 - Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua: Juiz Emilio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, tel.: (21) 2683-9103 – 2683-9115, no horário de 10:00 às 16:00 horas.

24.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

24.5 - O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do contratado para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

24.6 - Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

24.7 - Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, no balcão de atendimento da CPL.

24.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666/1993.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

24.9 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

24.10 - Integram este Edital os seguintes Documentos:

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Orçamento – Cronograma – Composição BDI
Anexo 2	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 3	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 4	-	Modelo de Declaração
Anexo 5	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 6	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 7	-	Termo de Referência
Anexo 8	-	Minuta da Ata de SRP
Anexo 9	-	Minuta de Contrato

Paracambi, ____ de _____ de 20__.

Agente responsável pela elaboração do edital



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO I

**FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

LICITAÇÃO Nº ____/CPL/2023

PROCESSO N.º 8772/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP

JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL, PARA FORNECIMENTO DE INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E TRÁFEGO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA:

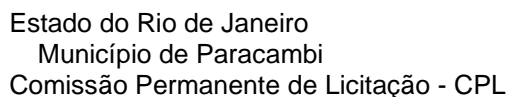
EMAIL:

ORÇAMENTO

BDI 22%

BASE: IO = OUTUBRO DE 2023

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO
					UNITÁRIO	TOTAL
1	Sinalização					
1.1	ST 64.15.0100 (a)	Assentamento de poste simples de aço, diâmetro maior que 4, inclusive abertura de furo, fundação e recomposição do piso.	un	5,00		
1.2		Barreira para sinalização de trânsito fabricado em polietileno com proteção contra raios UV, na cor laranja com faixas refletivas brancas. As dimensões do canalizador são de 50cm x 50cm x 100cm respectivamente altura, largura e comprimento.	UNID	50,00		
1.3	ST 59.05.1000 (l)	Bloco semafórico para pedestre com 2 módulos focais de 200mm a led, compreendendo foco verde Siga (boneco) e foco vermelho Pare (mão espalmada) com borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	2,00		
1.4	ST 59.05.0500 (l)	Bloco semafórico principal com 3 módulos focais de 300mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, contendo Temporizador Digital conforme especificação da CETRIO. Fornecimento.	un	2,00		
1.5	ST 59.05.0550 (l)	Bloco semafórico repetidor com 3 módulos focais de 200mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CETRIO. Fornecimento.	un	2,00		
1.6	ST 59.20.0250 (l)	Cabo de alimentação de semáforo, seção de 4x1,5 mm2, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e instalação	m	200,00		
1.7	ST 59.20.0300 (l)	Cabo de alimentação de semáforo, seção de 7x1,5 mm2, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e instalação.	m	200,00		
1.8	ST 84.05.0050 (l)	Cone de sinalização, altura de 750MM, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento (desonerado)	un	300,00		



Código		Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Observações
1.9	ST 59.10.0450 (/)	Controlador eletrônico de trafego de 4 fases para interseções fora da área do CTA, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento.	0	1,00		
1.10	ST 69.15.0100 (a)	Instalação e retirada de placas em postes duplo (desonerado)	un	10,00		
1.11	ST 69.15.0050 (a)	Instalação e retirada de placas em postes simples, CET-RIO ou postes RIOLUZ.	un	100,00		
1.12	ST 59.20.0050 (/)	Instalação e teste de funcionamento de blocos semaforicos.	un	4,00		
1.13	ST 59.25.0050 (/)	Instalação, programação e teste de funcionamento de controlador de trafego.	un	1,00		
1.14	05.021.0060-A	Mini-Tachão refletivo, medindo 220x100x40MM, seus refletores contem 50 esferas de vidro lapidado e espelhado, incrustados em ABS , nas cores branca e amarela, fornecimento e colocação.	UN	1.000,00		
1.15	05.015.0050-A	Placa de Sinalização de rodovias, em chapa de aço Nº16, tratada quimicamente, inclusive pintura com metal primer nas duas faces e esmalte sintético preto no verso, aplicação de películas refletivas no grau técnico e película para legenda fixada através.	M2	100,00		
1.16	ST 64.05.0400 (/)	Poste tipo G7 de 2 de diâmetro, altura de 3500mm. Referência de tabela CET/RJ.	un	100,00		
1.17	ST 64.05.0200 (/)	Poste tipo S4, coluna de 4 meia polegada, de diâmetro, braço projetado de 4, e projeção de 6200mm, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	5,00		
1.18	05.021.0100-A	Segregador, sua principal função e delimitar áreas evitando com que o motorista ultrapasse limites estabelecidos pela via, criando uma faixa obrigatória, também pode ser utilizado como limitador de vagas de estacionamento (bate-rodas) , dimensões Altura 80mm x Largura 165mm x Comprimento 475mm	UN	250,00		
1.19	05.020.0005-A	Sinalização Horizontal, mecanica, com tinta termoplastica a base de resinas naturais e/ou sinteticas , em vias rodoviaras, aplicada por extrusão, conforme normas do DER-RJ	M2	8.000,00		
1.20		Sinalizador Viário fabricado com 02 lentes circulares translucidas em policarbonato na cor âmbar e corpo em polipropileno, facilmente visível dia e noite. Utiliza 06 lâmpadas LED com tecnologia fotocélula integrada, que liga automaticamente a noite, contem alça na parte superior para manuseio, com suporte ajustável para fixação em dispositivos de sinalização como cones. podendo também ser fixado pela sua alça de manuseio.	UN	50,00		
1.21	ST 69.25.0200 (/)	Suporte para fixação de placas, fabricado em perfil U de 1 3/4x5/8, em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 400mm, com abraçadeira para fixação em hastes de 2 de diâmetro externo, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	15,00		
1.22	ST 69.25.0300 (/)	Suporte para fixação de placas, fabricado em perfil U de 1 3 por 4x5 por 8, em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 700mm, com abraçadeira para fixação em hastes de 4 de diâmetro externo, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	15,00		
1.23	05.021.0075-A	Tachão bidirecional , medindo 230x125x45MM, seus refletores contem 50 esferas de vidro lapidado e espelhado, inscrustados em ABS, nas cores branca e amarela, fornecimento e colocação	UN	400,00		
			BDI DE _____ %			
			TOTAL GERAL			

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

COMPOSIÇÃO DO B.D.I - COM Desoneração - Lei 12.844/13

X . Taxa representativa das DESPESAS INDIRETAS, exceto tributos e despesas financeiras

TIPO						ALÍQUOTA (%)	CUSTO TOTAL
X.1 - Administração Central						2,80	
X.2 - Garantia						0,00	
X.3 - Seguro contra Riscos						0,00	
X.3 - Mobilização e Desmobilização						0,00	
X =						2,80	

Y . Taxa representativa das DESPESAS FINANCEIRAS

TIPO						ALÍQUOTA (%)	
Y.1 - Despesas Financeiras						1,05	
Y =						1,05	

Z . Taxa representativa do LUCRO

TIPO						ALÍQUOTA (%)	
Z.1 - Lucro Presumido						2,00	
Z =						2,00	

I . Taxa representativa da incidência dos TRIBUTOS (sobre o FATURAMENTO da empresa)

TIPO						ALÍQUOTA (%)	
I.1 - I S S (Imposto sobre Serviços) - Municipal						5,00	
I.2 - COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) - Federal						3,00	
I.3 - P I S (Programa de Integração Social) - Federal						0,65	
I.4 - Contribuição Previdenciária p/ INSS - Federal - Lei 12.844/2013						4,50	
I =						13,15	

B D I - Benefício e Despesas Indiretas

B D I =	$(1 + X) (1 + Y) (1 + Z)$				- 1	Fórmula do BDI	
	$(1 - I)$						

X é a Taxa somatória das DESPESAS INDIRETAS, exceto tributos e despesas financeiras;

Y é a Taxa representativa das DESPESAS FINANCEIRAS;

Z é a Taxa representativa do LUCRO;

I é a Taxa representativa dos IMPOSTOS.

B.D.I _____%

PRAZO PARA EXECUÇÃO:12 MESES.

Data:

Validade da Proposta: 60 dias.

Assinatura do Representante Legal da Empresa devidamente identificado
Carimbo de CNPJ



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

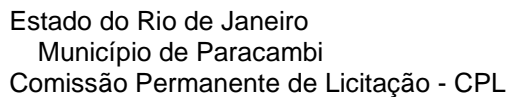
ANEXO 1.1

Sinalização

lo= Outubro de 2023

RESUMO DO ORÇAMENTO			
28/12/2023 - Emissão			lo = Outubro de 2023
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	%
1	Sinalização		
	BDI _____%		
	NOTA: BASE EMOP/SCO-RIO		
TOTAL			
NOTA: PREÇOS COM DESONERAÇÃO CONFORME LEI 12.844/2.013			

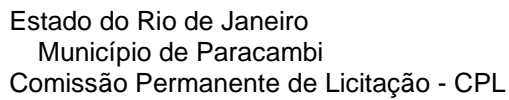
Assinatura do Representante Legal da Empresa devidamente identificado
Carimbo de CNPJ



LOCAL DA OBRA:
Paracambi - RJ

Prazo de execução das fases da obra (total de 12 meses)

[illegible]

[illegible]



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		00 (I)	U de 1 3 por 4x5 por 8, em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 700mm, com abraçadeira para fixação em hastes de 4 de diâmetro externo, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.												
23	EMOP	05.021.0075-A	Tachão bidirecional, medindo 230x125x45MM, seus refletores contem 50 esferas de vidro lapidado e espelhado, inscrustados em ABS, nas cores branca e amarela, fornecimento e colocação.												
Total 111.988,69															

Assinatura do Representante Legal da Empresa devidamente identificado
Carimbo de CNPJ



ANEXO 2

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO	VALOR
					UNITÁRIO	UNITÁRIO C/ BDI	COM BDI
1	Sinalização						1.111.988,69
1.1	ST 64.15.0100 (a)	Assentamento de poste simples de aço, diâmetro maior que 4, inclusive abertura de furo, fundação e recomposição do piso.	un	5,00	273,61	333,80	1.669,02
1.2		Barreira para sinalização de trânsito fabricado em polietileno com proteção contra raios UV, na cor laranja com faixas refletivas brancas. As dimensões do canalizador são de 50cm x 50cm x 100cm respectivamente altura, largura e comprimento.	UNID	50,00		-	-
1.3	ST 59.05.1000 (l)	Bloco semafórico para pedestre com 2 módulos focais de 200mm a led, compreendendo foco verde Siga (boneco) e foco vermelho Pare (mão espalmada) com borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	2,00	643,73	785,35	1.570,70
1.4	ST 59.05.0500 (l)	Bloco semafórico principal com 3 módulos focais de 300mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, contendo Temporizador Digital conforme especificação da CETRIO. Fornecimento.	un	2,00	3450,00	4.209,00	8.418,00
1.5	ST 59.05.0550 (l)	Bloco semafórico repetidor com 3 módulos focais de 200mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CETRIO. Fornecimento.	un	2,00	2850,00	3.477,00	6.954,00
1.6	ST 59.20.0250 (l)	Cabo de alimentação de semáforo, seção de 4x1,5 mm2, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e instalação	m	200,00	13,84	16,88	3.376,96
1.7	ST 59.20.0300 (l)	Cabo de alimentação de semáforo, seção de 7x1,5 mm2, conforme	m	200,00	13,81	16,85	3.369,64



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		especificação CET-RIO. Fornecimento e instalação.					
1.8	ST 84.05.0050 (I)	Cone de sinalização ,altura de 750MM, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento (desonerado)	un	300,00	90,54	110,46	33.137,64
1.9	ST 59.10.0450 (I)	Controlador eletrônico de trafego de 4 fases para interseções fora da área do CTA, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento.	0	1,00	40244,86	49.098,73	49.098,73
1.10	ST 69.15.0100 (a)	Instalação e retirada de placas em postes duplo (desonerado)	un	10,00	75,73	92,39	923,91
1.11	ST 69.15.0050 (a)	Instalação e retirada de placas em postes simples, CET-RIO ou postes RIOLUZ.	un	100,00	37,86	46,19	4.618,92
1.12	ST 59.20.0050 (I)	Instalação e teste de funcionamento de blocos semafóricos.	un	4,00	217,09	264,85	1.059,40
1.13	ST 59.25.0050 (I)	Instalação, programação e teste de funcionamento de controlador de tráfego.	un	1,00	572,91	698,95	698,95
1.14	05.021.0060-A	Mini-Tachão refletivo, medindo 220x100x40MM, seus refletores contem 50 esferas de vidro lapidado e espelhado, incrustados em ABS , nas cores branca e amarela, fornecimento e colocação.	UN	1.000,00	28,47	34,73	34.733,40
1.15	05.015.0050-A	Placa de Sinalização de rodovias, em chapa de aço Nº16, tratada quimicamente, inclusive pintura com metal primer nas duas faces e esmalte sintético preto no verso, aplicação de películas refletivas no grau técnico e película para legenda fixada através.	M2	100,00	536,85	654,96	65.495,70
1.16	ST 64.05.0400 (I)	Poste tipo G7 de 2 de diâmetro, altura de 3500mm. Referência de tabela CET/RJ.	un	100,00	326,94	398,87	39.886,68
1.17	ST 64.05.0200 (I)	Poste tipo S4, coluna de 4 meia polegada, de diâmetro, braço projetado de 4, e projeção de 6200mm, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	5,00	4327,24	5.279,23	26.396,16
1.18	05.021.0100-A	Segregador, sua principal função e delimitar áreas evitando com que o motorista ultrapasse limites estabelecidos pela via, criando uma faixa obrigatória, também pode ser utilizado como limitador de vagas de	UN	250,00	91,80	112,00	27.999,00



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		estacionamento (baterodas) , dimensões Altura 80mm x Largura 165mm x Comprimento 475mm					
1.19	05.020.0005-A	Sinalização Horizontal, mecânica, com tinta termoplástica a base de resinas naturais e/ou sintéticas , em vias rodoviárias, aplicada por extrusão, conforme normas do DER-RJ	M2	8.000,00	79,32	96,77	774.163,20
1.20		Sinalizador Viário fabricado com 02 lentes circulares translúcidas em policarbonato na cor âmbar e corpo em polipropileno, facilmente visível dia e noite. Utiliza 06 lâmpadas LED com tecnologia fotocélula integrada, que liga automaticamente a noite, contém alça na parte superior para manuseio, com suporte ajustável para fixação em dispositivos de sinalização como cones. podendo também ser fixado pela sua alça de manuseio.	UN	50,00		-	-
1.21	ST 69.25.0200 (I)	Suporte para fixação de placas, fabricado em perfil U de 1 3/4x5/8, em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 400mm, com abraçadeira para fixação em hastes de 2 de diâmetro externo, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	15,00	401,00	489,22	7.338,30
1.22	ST 69.25.0300 (I)	Suporte para fixação de placas, fabricado em perfil U de 1 3 por 4x5 por 8, em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 700mm, com abraçadeira para fixação em hastes de 4 de diâmetro externo, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	15,00	185,00	225,70	3.385,50
1.23	05.021.0075-A	Tachão bidirecional , medindo 230x125x45MM, seus refletores contêm 50 esferas de vidro lapidado e espelhado, inscrustados em ABS, nas cores branca e amarela, fornecimento e colocação	UN	400,00	36,26	44,24	17.694,88
						TOTAL COM BDI 22%	1.111.988,69



ORÇAMENTO SINTÉTICO

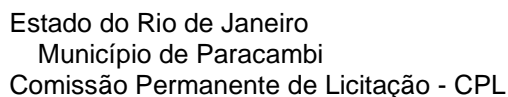
1o=Outubro de 2023

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MEMÓRIA DE
					CÁLCULO
1	Sinalização				
1.1	ST 64.15.0100	Assentamento de poste simples de aço, diâmetro maior que 4, inclusive abertura de furo, fundação e recomposição do piso.	un	5,00	Quantidade estimada
1.2		Barreira para sinalização de trânsito fabricado em polietileno com proteção contra raios UV ,na cor laranja com faixas refletivas brancas. As dimensões do canalizador são de 50cm x 50cm x 100cm respectivamente altura, largura e comprimento.	UNID	50,00	Quantidade estimada
1.3	ST 59.05.1000	Bloco semafórico para pedestre com 2 módulos focais de 200mm a led, compreendendo foco verde Siga (boneco) e foco vermelho Pare (mão espalmada) com borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	2,00	Quantidade estimada
1.4	ST 59.05.0500	Bloco semafórico principal com 3 módulos focais de 300mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, contendo Temporizador Digital conforme especificação da CETRIO. Fornecimento.	un	2,00	Quantidade estimada
1.5	ST 59.05.0550	Bloco semafórico repetidor com 3 módulos focais de 200mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CETRIO. Fornecimento.	un	2,00	Quantidade estimada
1.6	ST 59.20.0250	Cabo de alimentação de semáforo, seção de 4x1,5 mm2, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e instalação	m	200,00	Quantidade estimada
1.7	ST 59.20.0300	Cabo de alimentação de semáforo, seção de 7x1,5 mm2, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e instalação.	m	200,00	Quantidade estimada
1.8	ST 84.05.0050	Cone de sinalização ,altura de 750MM, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento (desonerado)	un	300,00	Quantidade estimada
1.9	ST 59.10.0150	Controlador eletrônico de trafego de 4 fases para interseções fora da área do CTA, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento.	#N/DISP	1,00	Quantidade estimada
1.10	ST 69.15.0100	Instalação e retirada de placas em postes duplo (desonerado)	un	10,00	Quantidade estimada
1.11	ST 69.15.0050	Instalação e retirada de placas em postes simples, CET-RIO ou postes RIOLUZ.	un	100,00	Quantidade estimada
1.12	ST 59.20.0050	Instalação e teste de funcionamento de blocos semafóricos.	un	4,00	Quantidade estimada
1.13	ST 59.25.0050	Instalação, programação e teste de funcionamento de controlador de tráfego.	un	1,00	Sinal próximo a Igreja Catolica
1.14	05.021.0060-A	Mini-Tachão refletivo, medindo 220x100x40MM, seus refletores contam 50 esferas de vidro lapidado e espelhado, incrustados em ABS , nas cores branca e amarela, fornecimento e colocação.	UN	1.000,00	Sinal próximo a Igreja Catolica
1.15	05.015.0050-A	Placa de Sinalização de rodovias, em chapa de aço Nº16, tratada quimicamente, inclusive pintura com metal primer nas duas faces e esmalte sintético preto no verso, aplicação de películas refletivas no grau técnico e película para legenda fixada através.	M2	100,00	Sinal próximo a Igreja Catolica



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

1.16	ST 64.05.0400	Poste tipo G7 de 2 de diâmetro, altura de 3500mm. Referência de tabela CET/RJ.	un	100,00	Quantidade estimada
1.17	ST 64.05.0200	Poste tipo S4, coluna de 4 meia polegada, de diâmetro, braço projetado de 4, e projeção de 6200mm, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	5,00	Quantidade estimada
1.18	05.021.0100-A	Segregador, sua principal função e delimitar áreas evitando com que o motorista ultrapasse limites estabelecidos pela via, criando uma faixa obrigatória, também pode ser utilizado como limitador de vagas de estacionamento (bate-rodas), dimensões Altura 80mm x Largura 165mm x Comprimento 475mm	UN	250,00	2 vezes por bloco
1.19	05.020.0005-A	Sinalização Horizontal, mecânica, com tinta termoplástica a base de resinas naturais e/ou sintéticas, em vias rodoviárias, aplicada por extrusão, conforme normas do DER-RJ	M2	8.000,00	Quantidade estimada
1.20		Sinalizador Viário fabricado com 02 lentes circulares translúcidas em policarbonato na cor âmbar e corpo em polipropileno, facilmente visível dia e noite. Utiliza 06 lâmpadas LED com tecnologia fotocélula integrada, que liga automaticamente a noite, contem alça na parte superior para manuseio, com suporte ajustável para fixação em dispositivos de sinalização como cones. podendo também ser fixado pela sua alça de manuseio.	UN	50,00	Quantidade estimada
1.21	ST 69.25.0200	Suporte para fixação de placas, fabricado em perfil U de 1 3/4x5/8, em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 400mm, com abraçadeira para fixação em hastes de 2 de diâmetro externo, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	15,00	Quantidade estimada
1.22	ST 69.25.0300	Suporte para fixação de placas, fabricado em perfil U de 1 3 por 4x5 por 8, em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 700mm, com abraçadeira para fixação em hastes de 4 de diâmetro externo, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	15,00	Quantidade estimada
1.23	05.021.0075-0	Tachão bidirecional, medindo 230x125x45MM, seus refletores contem 50 esferas de vidro lapidado e espelhado, inscrustados em ABS, nas cores branca e amarela, fornecimento e colocação	UN	400,00	Quantidade estimada



LOCAL DA OBRA:
Paracambi - RJ

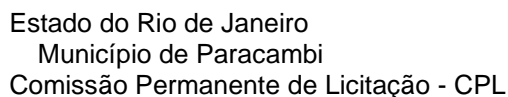
Prazo de execução das fases da obra (total de 12 meses)

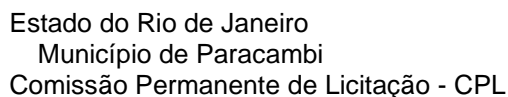
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS				Valor Total (BDI= %)	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO / PREVISÃO DE EXECUÇÃO MENSAL											
					Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	SCO/R J	ST 64.15.01 00 (a)	Assentamento de poste simples de aço, diâmetro maior que 4, inclusive abertura de furo, fundação e recomposição do piso.	1.669,0 2	139,09	139,09	139,09	139,09	139,09	139,09	139,09	139,09		139,09	139,09	139,09
2		0	Barreira para sinalização de trânsito fabricado em polietileno com proteção contra raios UV ,na cor laranja com faixas refletivas brancas. As dimensões do canalizador são de 50cm x 50cm x 100cm respectivamente altura, largura e comprimento.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	SCO/R J	ST 59.05.10 00 (f)	Bloco semafórico para pedestre com 2 módulos focais de 200mm a led, compreendendo foco verde Siga (boneco) e foco vermelho Pare (mão espalmada) com borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	1.570,7 0	130,89	130,89	130,89	130,89	130,89	130,89	130,89	130,89	130,8 9	130,89	130,89	130,89
4	SCO/R J	ST 59.05.05 00 (f)	Bloco semafórico principal com 3 módulos focais de 300mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, contendo Temporizador Digital conforme especificação da CETRIO. Fornecimento.	8.418,0 0	701,50	701,50	701,50	701,50	701,50	701,50	701,50	701,50	701,5 0	701,50	701,50	701,50
5	SCO/R J	ST 59.05.05 50 (f)	Bloco semafórico repetidor com 3 módulos focais de 200mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CETRIO. Fornecimento.	6.954,0 0	579,50	579,50	579,50	579,50	579,50	579,50	579,50	579,50	579,5 0	579,50	579,50	579,50
6	SCO/R J	ST 59.20.02 50 (f)	Cabo de alimentação de semáforo, seção de 4x1,5 mm2, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e instalação	3.376,9 6	281,41	281,41	281,41	281,41	281,41	281,41	281,41	281,41	281,4 1	281,41	281,41	281,41
7	SCO/R J	ST 59.20.03 00 (f)	Cabo de alimentação de semáforo, seção de 7x1,5 mm2, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e instalação.	3.369,6 4	280,80	280,80	280,80	280,80	280,80	280,80	280,80	280,80	280,8 0	280,80	280,80	280,80
8	SCO/R J	ST 84.05.00 50 (f)	Cone de sinalização ,altura de 750MM, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento (desonerado)	33.137, 64	2.761,47	2.761,4 7	2.761,4 7	2.761,4 7	2.761,4 7	2.761,4 7	2.761,4 7	2.761,47	2.761 ,47	2.761,47	2.761,47	2.761,47
9	SCO/R J	ST 59.10.04 50 (f)	Controlador eletrônico de trafego de 4 fases para interseções fora da área do CTA, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento.	49.098, 73	4.091,56	4.091,5 6	4.091,5 6	4.091,5 6	4.091,5 6	4.091,5 6	4.091,5 6	4.091,56	4.091 ,56	4.091,56	4.091,56	4.091,56

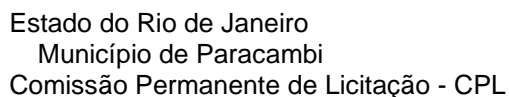


Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

10	SCO/R J	ST 69.15.01 00 (a)	Instalação e retirada de placas em postes duplo (desonerado)	923,91	76,99	76,99	76,99	76,99	76,99	76,99	76,99	76,99	76,99	76,99	76,99
11	SCO/R J	ST 69.15.00 50 (a)	Instalação e retirada de placas em postes simples, CET-RIO ou postes RIOLUZ.	4.618,9 2	384,91	384,91	384,91	384,91	384,91	384,91	384,91	384,91	384,91	384,91	384,91
12	SCO/R J	ST 59.20.00 50 (f)	Instalação e teste de funcionamento de blocos semafóricos.	1.059,4 0	88,28	88,28	88,28	88,28	88,28	88,28	88,28	88,28	88,28	88,28	88,28
13	SCO/R J	ST 59.25.00 50 (f)	Instalação, programação e teste de funcionamento de controlador de tráfego.	698,95	58,25	58,25	58,25	58,25	58,25	58,25	58,25	58,25	58,25	58,25	58,25
14	EMOP	05.021.0 060-A	Mini-Tachão refletivo, medindo 220x100x40MM, seus refletores contem 50 esferas de vidro lapidado e espelhado, incrustados em ABS , nas cores branca e amarela, fornecimento e colocação.	34.733, 40	2.894,45	2.894,4 5	2.894,4 5	2.894,4 5	2.894,4 5	2.894,4 5	2.894,4 5	2.894,45	2.894 ,45	2.894,45	2.894,45
15	EMOP	05.015.0 050-A	Placa de Sinalização de rodovias, em chapa de aço Nº16, tratada quimicamente, inclusive pintura com metal primer nas duas faces e esmalte sintético preto no verso, aplicação de películas refletivas no grau técnico e película para legenda fixada através.	65.495, 70	5.457,98	5.457,9 8	5.457,9 8	5.457,9 8	5.457,9 8	5.457,9 8	5.457,9 8	5.457,98	5.457 ,98	5.457,98	5.457,98
16	SCO/R J	ST 64.05.04 00 (f)	Poste tipo G7 de 2 de diâmetro, altura de 3500mm. Referência de tabela CET/RJ.	39.886, 68	3.323,89	3.323,8 9	3.323,8 9	3.323,8 9	3.323,8 9	3.323,8 9	3.323,8 9	3.323,89	3.323 ,89	3.323,89	3.323,89
17	SCO/R J	ST 64.05.02 00 (f)	Poste tipo S4, coluna de 4 meia polegada, de diâmetro, braço projetado de 4, e projeção de 6200mm, conforme especificação da CET- RIO. Fornecimento.	26.396, 16	2.199,68	2.199,6 8	2.199,6 8	2.199,6 8	2.199,6 8	2.199,6 8	2.199,6 8	2.199,68	2.199 ,68	2.199,68	2.199,68
18	EMOP	05.021.0 100-A	Segregador, sua principal função e delimitar áreas evitando com que o motorista ultrapasse limites estabelecidos pela via, criando uma faixa obrigatoria, também pode ser utilizado como limitador de vagas de estacionamento (bate- rodas) , dimensões Altura 80mm x Largura 165mm x Comprimento 475mm	27.999, 00	2.333,25	2.333,2 5	2.333,2 5	2.333,2 5	2.333,2 5	2.333,2 5	2.333,2 5	2.333,25	2.333 ,25	2.333,25	2.333,25
19	EMOP	05.020.0 005-A	Instalação, programação e teste de funcionamento de controlador de tráfego.	774.163 ,20	64.513,60	64.513, 60	64.513, 60	64.513, 60	64.513, 60	64.513, 60	64.513, 60	64.513,60	64.51 3,60	64.513,6 0	64.513,6 0
20		0	Sinalizador Viário fabricado com 02 lentes circulares translucidas em policarbonato na cor âmbar e corpo em polipropileno, facilmente visível dia e noite. Utiliza 06 lâmpadas LED com tecnologia fotocélula integrada, que liga automaticamente a noite, contem alça na parte superior para manuseio, com suporte ajustável para fixação em dispositivos de sinalização como cones. podendo também ser fixado pela sua alça de manuseio.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	SCO/R J	ST 69.25.02 00 (f)	Suporte para fixação de placas, fabricado em perfil U de 1 3/4x5/8, em chapas de aço galvanizado de 2mm de espessura, comprimento de 400mm, com abraçadeira para fixação em hastes de 2 de diâmetro externo, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	7.338,3 0	611,53	611,53	611,53	611,53	611,53	611,53	611,53	611,53	611,5 3	611,53	611,53

[illegible]

[illegible]

[illegible]



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 3

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº ____/CPL/2023.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 4
MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,
Em atenção ao Pregão Presencial nº **/CPL/** nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 5
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
Comissão Permanente de Licitação

Ref.:PREGÃO PRESENCIAL Nº **/CPL/ 2023.**

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa), participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 6
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO Nº ____/CPL/2023

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura a Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 7
TERMO DE REFERÊNCIA

I. OBJETO

O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL, PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E TRÁFEGO NO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ.

II. JUSTIFICATIVA/FUNDAMENTO LEGAL

A Lei Complementar Municipal nº 1.281, de 27 de dezembro de 2017 (PPA 2018-2021), bem como as Leis Complementares 1495/2020 (LDO), 24 de Novembro de 2020 e 1508/2020 (LOA), 29 de dezembro de 2020 dispõe sobre o objetivo da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes em “adequar as condições do Sistema Viário da Cidade a situação atual do Município, melhorar o fluxo de veículos na área urbana e garantir melhor qualidade no sistema de trânsito”.

Paracambi é um município que possui aproximadamente 173 km de vias pavimentadas conforme dados extraídos da Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro no ano de 2016. Grande parte destas vias possui sinalizações verticais e horizontais, onde a mesma apresenta deterioração com o passar do tempo e uso, sendo assim é necessária à manutenção corretiva e preventiva da mesma a fim de atender o Código Trânsito.

O serviço de sinalização vertical e horizontal (implantação e manutenção) nas vias públicas, no âmbito municipal, objeto deste Termo de Referência, atende ao disposto no artigo 24, III c/c os artigos 80 à 90, todos da Lei Federal nº 9.503/97, Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

A implantação deste Projeto trará benefícios para o município com o incremento da segurança aos cidadãos, por conta da garantia de deslocamento mais seguro e de novos padrões técnicos de engenharia, Vale ressaltar que a sinalização de trânsito informará e orientará os usuários das vias, com o intuito de garantir um trânsito mais organizado e seguro para os condutores e pedestres, visando à mobilidade urbana e acessibilidade pública, beneficiando usuários e comerciantes, aprimorando assim a prestação de um serviço público de excelência.

Neste Contexto, a sinalização viária horizontal e vertical se faz necessária, em caráter de urgência, para que as vias municipais, principalmente na área central e bairros da Macrozona Urbana, que possuem um fluxo de trânsito mais intenso, tenham segurança de trafegabilidade, conforme determina a Código Nacional de Trânsito, uma vez que as atuais sinalizações estão desgastadas e fora de padronização em diversos locais.





Imagens

01. Sinalizações verticais danificadas e fora de padrão em vias urbanas do município de Paracambi (Fonte: SecTran)



Imagens 02. Sinalizações horizontais danificadas e fora de padrão em vias urbanas do município de Paracambi (Fonte: SecTran)

III. NORMAS TÉCNICAS

Os Serviços realizados deverão observar as Normas Técnicas elaboradas pela ABNT, a saber:

NBR 15438:2013 “Sinalização horizontal viária – Tintas – Métodos de ensaio”;

NBR 13699:2012 “**Sinalização horizontal viária** – Tinta à base de resina acrílica emulsionada em água;

NBR 16184:2013 “Sinalização horizontal viária – Esferas e micro esferas de vidro – Requisitos e métodos de ensaio”;

NBR 14723:2013 “Sinalização horizontal viária – Avaliação da retrorrefletividade utilizando equipamento manual com geometria de 15m”;

NBR 7396:2017 “Sinalização horizontal viária – Material para sinalização – Terminologia; -

NBR 15402:2014 “Sinalização horizontal viária – Termoplásticos – Procedimentos para execução da demarcação e avaliação; e NBR 15405:2014 – Sinalização horizontal viária – Tintas – Procedimentos para execução da demarcação e avaliação;

A Relação acima não eximiu que a empresa observe outras Normas pertinentes.

IV. NORMAS REGULAMENTADORAS



A Prestadora de Serviços deverá atender os procedimentos obrigatórios relacionados à segurança e medicina do trabalho de acordo com as Normas Regulamentadoras, principalmente as listadas a seguir:

NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);
NR 6 – Equipamento de Proteção Individual (EPI);
NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
NR 20 – Líquidos Combustíveis e Inflamáveis.

A Relação acima não eximiu que a empresa observe outras regulamentações pertinentes.

V. ESCOPO DOS SERVIÇOS E DESCRIÇÃO DE MATERIAIS

Os serviços consistem no fornecimento e instalação de Placas de Sinalização Vertical com seus respectivos suportes de fixação e sinalização horizontal correspondente à pintura das vias e instalação de tachas e tachões.

Os serviços referentes ao objeto deste termo serão divididos em Sinalizações Verticais e Sinalizações Horizontais.

- **Sinalização Vertical:** A empresa irá fornecer e instalar dispositivos para melhoria das condições de segurança e tráfego nas vias e logradouros urbanos da Cidade de Paracambi. A empresa contratada deverá seguir as especificações dos materiais indicados e obedecer às descrições dos serviços presentes neste Termo de Referência, seguindo normas e padrões de desempenho. Os serviços considerados contemplam o fornecimento e instalação de Placas de Sinalização Vertical, em logradouros da Macrozona Urbana de Paracambi, incluindo mão de obra, material e equipamentos. Os serviços a serem executado estão descritos a seguir:

Placas

São Dispositivos montados sobre suportes e dispostos no plano vertical, fixos ou móveis, por meio dos quais se dão avisos oficiais, através de legendas ou símbolos, com o propósito de regulamentar, advertir, indicar ou educar quanto ao uso das vias pelos veículos e pedestres, da forma mais segura e eficiente.

As placas são classificadas quanto à sua funcionalidade, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, em:

Placas de regulamentação - têm por finalidade informar aos usuários das condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias. Suas mensagens são imperativas e seu desrespeito constitui infração;

Placas de advertência - têm por finalidade alertar aos usuários da via para condições potencialmente perigosas, indicando sua natureza. Suas mensagens possuem caráter de recomendação;

Placas de indicação - têm por finalidade identificar as vias, os destinos e os locais de interesse, bem como orientar condutores de veículos quanto aos percursos, os destinos, as distâncias e os serviços auxiliares, podendo também ter como função a educação do usuário. Suas mensagens possuem caráter meramente informativo ou educativo, não constituindo imposição.

As formas padronizadas para as placas são:

Octógono: exclusivamente para placas de parada obrigatória;

Circular: normalmente para placas de regulamentação;

Triangular (com vértice voltado para baixo): para regulamentação das vias de acesso à via preferencial;

Quadrada (com uma das diagonais na posição vertical): para placas de advertência;

Retangular (com a maior dimensão na vertical ou na horizontal): para placas de indicação em geral;

Cruz: para placas de passagem de nível;

Formas especiais: para placas de identificação de rodovias.

De acordo com a NBR 11904:1992 - Chapas planas de aço zincadas para confecção de placas de sinalização viária, as placas devem atender aos seguintes critérios:

As chapas devem ser fabricadas em aço-carbono, zincadas pelo processo contínuo de imersão a quente, conforme a NBR 7008;



As chapas devem ser pintadas, apresentando superfície lisa dos dois lados, sem empolamento, sem manchas, sem oxidação, com acabamento semi fosco homogêneo.

No que se referem à espessura das placas, as chapas devem ser fornecidas conforme descrito abaixo (Fonte: NBR 11904:1992):

Área da Placa (m ²)	Espessura mínima (mm)
Até 0,50	0,80
0,51 a 1,00	0,95
Acima de 1,00	1,25

Quanto à cor, as chapas são fornecidas em uma das faces na cor preta semifosco e na outra face nas cores padronizadas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Aplicação de Cores de Placas

VERMELHA: para fundo da placa de parada obrigatória e tarja das placas de regulamentação em geral. Cor também utilizada no símbolo da placa indicativa de serviço auxiliar pronto-socorro e na plaqueta indicativa de via interrompida;

VERDE: para placas indicativas de localização, direção, distância e via interrompida;

AZUL: para indicação de serviços auxiliares;

AMARELA: para placas de advertência;

PRETA: para símbolos e legendas das placas de regulamentação, advertência, educativas e de obras;

BRANCA: para fundo de placas de regulamentação e educativas, legenda de placas de indicação e de parada obrigatória;

LARANJA: para fundo de placas de obras.

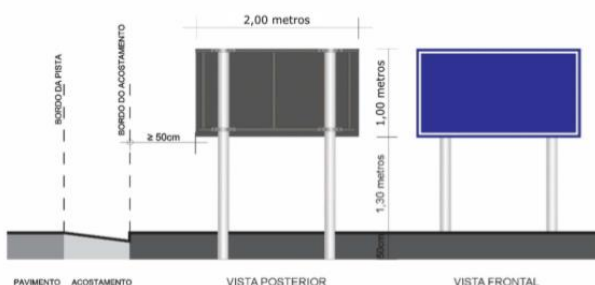
Serviços de Instalações:

Quanto à instalação, ainda que a padronização da localização das placas de sinalização nem sempre possa ser obtida na prática, a regra geral consiste em colocar as placas no lado direito do sentido do tráfego que devem orientar. Em certas circunstâncias, como no caso de uma pista de faixas múltiplas de tráfego, no mesmo sentido, em que a visão dos condutores nas faixas centrais e à esquerda pode ser prejudicada pelos veículos na faixa mais à direita, as placas devem ser colocadas também no lado esquerdo da pista.

Normalmente as placas de sinalização devem ser colocadas em posição vertical, fazendo um ângulo de 90° a 95° com o sentido do fluxo (levemente viradas para fora da via), a fim de não prejudicar a legibilidade da placa.

No caso de curvas, no entanto, a determinação desse ângulo de colocação da placa deve levar mais em consideração a posição dos condutores no fluxo que se aproxima do que o ponto onde deve ser colocada a placa. As placas de regulamentação de estacionamento proibido e de parada e estacionamento proibido devem ser colocados formando um ângulo de no mínimo 60° com o sentido do fluxo.

Sempre que possível, é recomendável que as placas de sinalização sejam montadas individualmente, utilizando se postes distintos. Os modelos de placas considerados neste projeto deverão obedecer aos formatos e dimensões, conforme as figuras apresentadas na sequência, o conteúdo gráfico e escrito deverá ser fornecido pela contratante.



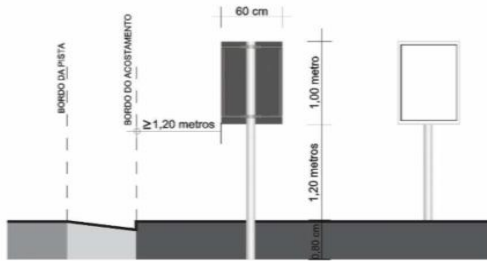


Figura 1: Modelo 01 - 2,00m x 1,00

Figura 2: Modelo 02 - 0,60m x 1,00m

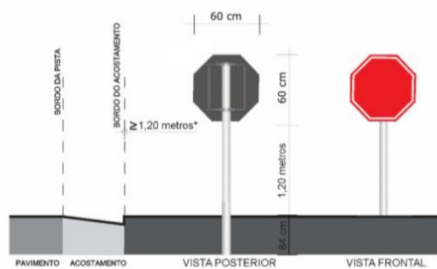


Figura 3: Modelo 3 - Diâmetro 0,60cm

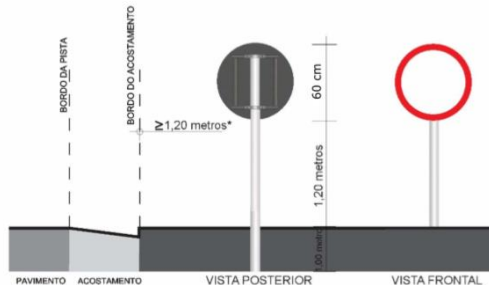


Figura 4: Modelo 04 - Diâmetro 0,60m

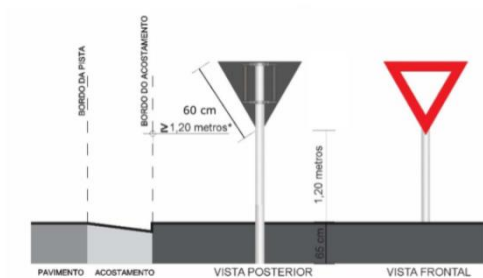


Figura 5: Modelo 05 - Lado 0,60m

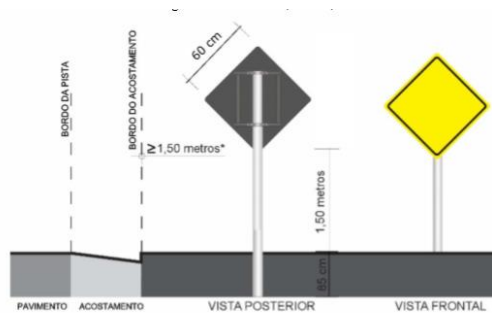


Figura 6: Modelo 06 - 0,60m x 0,60m

Suportes:

Os suportes para sinalização vertical devem mantê-la fixa, de forma a resistir às intempéries. Os suportes são classificados quanto ao tipo em:

Simple: quando é utilizado apenas um suporte por placa; e

Duplos: quando são utilizados dois suportes por placa;

Os suportes das placas de sinalização devem ser fixados de modo a manter as placas rigidamente em sua posição permanente e apropriada, evitando que balancem com o vento e que sejam giradas ou deslocadas. Para isto deverá ser executado apoio em concreto simples em profundidade e diâmetro suficiente que garanta a estabilidade do conjunto placa e suporte.

- **Sinalização Horizontal**

A sinalização horizontal tem a finalidade de transmitir e orientar os usuários sobre as condições de utilização adequada da via, compreendendo as proibições, restrições e informações que lhes permitam adotar comportamento adequado, de forma a aumentar a segurança e ordenar os fluxos de tráfego. A sinalização horizontal é classificada em:

Marcas Longitudinais – separam e ordenam as correntes de tráfego;



Linha Simples contínua Amarela: divide fluxos opostos de circulação, delimitando o espaço disponível para cada sentido e regulamentando os trechos em que a ultrapassagem e os deslocamentos laterais são proibidos para os dois sentidos, exceto para acesso a imóvel lindeiro.

Linha Simples seccionada Amarela: divide fluxos opostos de circulação, delimitando o espaço disponível para cada sentido e indicando os trechos em que a ultrapassagem e os deslocamentos laterais são permitidos.

Linha Dupla Contínua Amarela: divide fluxos opostos de circulação, delimitando o espaço disponível para cada sentido e regulamentando os trechos em que a ultrapassagem e os deslocamentos laterais são proibidos para os dois sentidos, exceto para acesso a imóvel lindeiro.

Linha contínua Seccionada Amarela: divide fluxos opostos de circulação, delimitando o espaço disponível para cada sentido e regulamentando os trechos em que a ultrapassagem, a transposição e deslocamento lateral são proibidos ou permitidos.

Exemplos de aplicação

Ultrapassagem permitida para os dois sentidos



Ultrapassagem permitida somente no sentido B



Ultrapassagem proibida para os dois sentidos

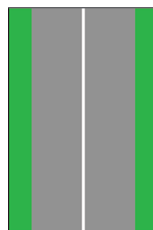


Ultrapassagem proibida para os dois sentidos

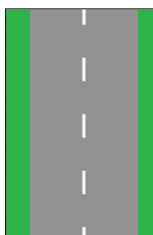


Figura 7. Uso Linhas Amarelas / Fonte: http://www.testonoticias.com.br/web_arquivos/1.2110974/imagens/15438332907440.jpg

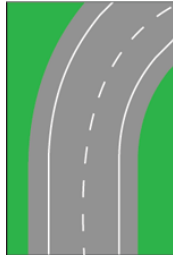
Linha Simples contínua Branca: ordena fluxos de mesmo sentido de circulação delimitando o espaço disponível para cada faixa de trânsito e regulamentando as situações em que são proibidas a ultrapassagem e a transposição de faixa de trânsito, por comprometer a segurança viária.



Linha Simples seccionada Branca: ordena fluxos de mesmo sentido de circulação, delimitando o espaço disponível para cada faixa de trânsito e indicando os trechos em que a ultrapassagem e a transposição são permitidas.



Linha de bordo Branca: delimita, através de linha contínua, a parte da pista destinada ao deslocamento dos veículos, estabelecendo seus limites laterais.

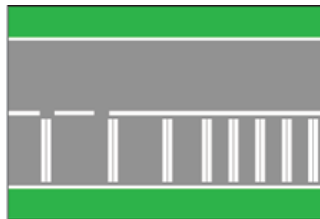


Marcas Transversais – ordenam os deslocamentos frontais dos veículos e disciplinam os deslocamentos de pedestres;

Linha de retenção Branca: indica ao condutor o local limite em que deve parar o veículo. A largura (l) mínima é de 0,30 m e a máxima de 0,60 m de acordo com estudos de engenharia.



Linhas de estímulo a redução de velocidade: é um conjunto de linhas paralelas que, pelo efeito visual, induz o condutor a reduzir a velocidade do veículo, de maneira que esta seja ajustada ao limite desejado em um ponto adiante na via.



Faixa de Travessia de pedestres: delimita a área destinada à travessia de pedestres e regulamenta a prioridade de passagem dos mesmos em relação aos veículos, nos casos previstos pelo CTB.



Inscrições no Pavimento: As inscrições no pavimento melhoram a percepção do condutor quanto às condições de operação da via, permitindo-lhe tomar a decisão adequada, no tempo apropriado, para as situações que se lhes apresentarem. Possuem função complementar ao restante da sinalização, orientando e, em alguns casos, advertindo certos tipos de operação ao longo da via.

Setas direcionais: Orientam os fluxos de tráfego na via, indicando o correto posicionamento dos veículos nas faixas de trânsito de acordo com os movimentos possíveis e recomendáveis para aquela faixa.





Pintura em termoplástico com resina metacrílica por aspersão

Este tipo de material será destinado à execução de faixas longitudinais de eixo e de bordo, em amarelo e branco respectivamente. A largura das faixas será de 12 cm. Os locais serão definidos pela contratante.

A aplicação de pintura à base de material termoplástico por aspersão é a operação que visa à execução de marcas, símbolos e legendas na superfície das pistas de uma rodovia mediante a utilização de equipamentos, ferramentas e gabaritos adequados.

O termoplástico corresponde à mistura de ligantes; partículas granulares com elementos inertes, pigmentos e seus agentes dispersores, micro esferas de vidro e outros componentes, deve atender aos requisitos da NBR 13159(1). Pode ser nas cores branca ou amarela, conforme especificações do projeto de sinalização.

Os serviços não podem ser executados quando a temperatura ambiente estiver acima de 30°C ou inferior a 3°C, e quando tiver ocorrido chuva 2 horas antes da aplicação; A espessura de aplicação após a secagem deve ser de, no mínimo, 1,5 mm.

A abertura do trecho ao tráfego somente pode ser feita após, no mínimo, 5 minutos após o término da aplicação.

A aplicação deve ser por projeção pneumática ou mecânica.

Deve ser efetuada pré-marcação antes da implantação a fim de garantir o alinhamento e configuração geométrica da sinalização horizontal. Nos casos de recuperação de sinalização existente, não é permitido o uso das faixas de pinturas existentes como referencial de marcação. Quando, a marcação da pintura nova não for coincidente com a existente, e for necessária a remoção da pintura antiga, a remoção deve ser executada conforme o item 4.4 da NBR 15405 (3).

Antes da aplicação da tinta, a superfície do pavimento deve estar limpa, seca, livre de contaminantes prejudiciais à pintura. Devem ser retirados quaisquer corpos estranhos aderentes ou partículas de pavimento em estado de desagregação.

Imediatamente após a aplicação do termoplástico, aspergir as microesferas de vidro de acordo com a NBR 6831(2) tipo II A ou C à razão mínima de 400 g/m².

Os pigmentos empregados devem assegurar uma qualidade e resistência à luz e ao calor, tais que a tonalidade das faixas permaneçam inalteradas.

O termoplástico deve apresentar boas condições de trabalho e suportar temperaturas de até 80°C sem sofrer deformações. O termoplástico deve ser inerte a intempéries, combustíveis e lubrificantes.

O termoplástico deve produzir marcas que se agreguem firmemente ao pavimento, não se destacando do mesmo em consequência de esforços provenientes do tráfego.

O termoplástico deve ser passível de remoção intencional, não ocasionando danos sensíveis ao pavimento.

O termoplástico não deve possuir capacidade destrutiva ou desagregadora do pavimento.

O termoplástico deve manter integralmente a sua coesão e cor após a sua aplicação no pavimento.

O termoplástico quando aquecido à temperatura exigida para sua aplicação não deve desprender fumos ou gases tóxicos que possam causar danos às pessoas ou a propriedades. A Contratada deverá apresentar a aparelhagem necessária para limpar e secar devidamente a superfície a ser demarcada como: escovas, vassouras, jato de ar comprimido. Quando estes processos não forem suficientes para remover todo o material estranho, as superfícies deverão ser escovadas com solução de fosfato trissódico ou similar e então lavadas 24 (vinte e quatro) horas antes do início do serviço de demarcação.

O material será aplicado pelo processo de aspersão, sendo que a temperatura máxima de aplicação deverá ser de 180°C para o termoplástico de cor amarela e de 200°C para o termoplástico de cor branca, a fim de manter a coesão e cores naturais do termoplástico.

O material deverá ser aplicado sobre pavimentos limpos e secos, nas seguintes condições ambientais:

- a) Temperatura entre 10 e 40°C;
- b) Umidade relativa do ar até 80%.



O material aplicado deverá apresentar as bordas bem definidas, sem salpicos ou manchas, não se admitindo diferenças de tonalidade em uma mesma faixa ou em faixas paralelas.

As marcas devem ser aplicadas nos locais e com as dimensões e espaçamentos indicados em projeto.

A retrorrefletorização inicial mínima da sinalização deverá ser de 150 mcd/lux.m².

Pintura com termoplástico por extrusão:

Este método de pintura deverá ser utilizado no caso das pinturas de faixas de pedestres, zebrações, setas e demais símbolos. A largura das faixas será de 40 centímetros e as setas e símbolos deverão obedecer ao código de trânsito brasileiro.

O material termoplástico se constituirá de uma mistura em proporções convenientes de ligantes, partículas granulares como elementos inertes, pigmentos e seus agentes dispersores, microesferas de vidro e outros componentes que propiciem aos materiais qualidades que venham atender a finalidade a que se destina.

O termoplástico deve apresentar boas condições de trabalho e suportar temperaturas de até 80°C sem sofrer deformações.

O termoplástico deve ser inerte a intempéries, combustíveis e lubrificantes.

O termoplástico deve produzir marcas que se agreguem firmemente ao pavimento, não se destacando do mesmo em consequência de esforços provenientes do tráfego.

O termoplástico deve ser passível de remoção intencional, não ocasionando danos sensíveis ao pavimento.

O termoplástico não deve possuir capacidade destrutiva ou desagregadora do pavimento.

O termoplástico deve manter integralmente a sua coesão e cor após a sua aplicação no pavimento.

O termoplástico quando aquecido à temperatura exigida para sua aplicação não deve desprender fumos ou gases tóxicos que possam causar danos às pessoas ou a propriedades.

A camada final de microesferas de vidro do Tipo II A/B aplicada por meio de pistolas acionadas a ar comprimido, concomitantemente com o material, deverá ser de 350g/m².

A Contratada deverá apresentar a aparelhagem necessária para limpar e secar devidamente a superfície a ser demarcada como: escovas, vassouras, jato de ar comprimido. Quando estes processos não forem suficientes para remover todo o material estranho, as superfícies deverão ser escovadas com solução de fosfato trissódico ou similar e então lavadas 24 (vinte e quatro) horas antes do início dos serviços de demarcação.

A espessura do termoplástico extrudado após aplicação deverá ser de no mínimo de 3,0mm, quando medida sem adição de microesferas Tipo II A/B.

O material será aplicado pelo processo de extrusão, sendo que a temperatura máxima de aplicação deverá ser de 180°C para o termoplástico de cor amarela e de 200°C para o termoplástico de cor branca, a fim de manter a coesão e cores naturais do termoplástico.

O material deverá ser aplicado sobre pavimentos limpos e secos, nas seguintes condições ambientais:

- a) Temperatura entre 10 e 40°C;
- b) Umidade relativa do ar até 80%.

O material aplicado deverá apresentar as bordas bem definidas, sem salpicos ou manchas, não se admitindo diferenças de tonalidade em uma mesma faixa ou em faixas paralelas.

As marcas devem ser aplicadas nos locais e com as dimensões e espaçamentos indicados em projeto.

O termoplástico depois de aplicado deverá permitir a liberação do tráfego em 5 (cinco) minutos.

A retrorrefletorização inicial mínima da sinalização deverá ser de 150 mcd/lux.m²

Tachas e tachões:

De acordo com o número de elementos refletivos, os tachões, tachas e calotas esféricas, podem ser classificados em:



a) Monodirecionais: com 1 (um) elemento refletivo;

b) Bidirecionais: com 2 (dois) elementos refletivos.

Neste projeto serão utilizadas apenas tachas e tachões bidirecionais.

O corpo das peças deverá ser de resina sintética, à base de poliéster, ou plástico acrílico tipo metilmetacrilato preenchido por composto de alta aderência ou qualquer outro material plástico, desde que apresente alta resistência à compressão.

As cores deverão ser indeléveis, obedecendo ao Padrão Munsell, conforme descrito abaixo: Branco - N 9,5, obedecida a tolerância N 9,0. Amarelo - 10 YR 7,5/14, obedecida a tolerância 10 YR 8/16.

A Contratada deverá apresentar aparelhagem necessária para limpar e secar devidamente a superfície a ser instalada a peça, como escovas, vassouras e retirar todo resíduo ou manchas de óleo, antes da furação.

Quando a superfície a ser sinalizado não apresentar marcas existentes que possam servir de guias, deve ser feita a pré-marcação antes da furação do pavimento, seguindo rigorosamente o projeto.

A marcação dos locais a perfurar deverá ser efetuada com auxílio de gabaritos. A furação propriamente dita deverá ser feita com broca, acoplada a um martelo acionado por ar comprimido ou corrente elétrica, ou outro equipamento. O furo deverá ter a profundidade suficiente para abrigar o pino de fixação com folga.

Deverá ser feita a limpeza dos furos bem como do local de assentamento utilizando-se o ar comprimido para que não fiquem resíduos que prejudiquem a aderência do material de fixação ao pavimento.

O assentamento e a fixação da peça deverão ser executados com quantidades de material suficientes para que as peças não se desprendam do pavimento posteriormente. As peças instaladas devem permanecer intactas durante o tempo de pega do material de fixação, para uma perfeita aderência sobre o pavimento. Após a instalação da peça, a Contratada deverá recolher todo entulho ou sobra de materiais resultantes da execução dos mesmos. Não serão aceitas as peças cujos elementos refletivos estiverem cobertos de cola após a implantação.

O elemento refletivo, composto por uma ou mais unidades óticas, deverá ser da mesma cor da peça, estando perfeitamente embutido na mesma; O elemento refletivo deverá manter a reflexão durante o período de garantia da peça e deverá estar perfeitamente embutido no corpo do tachão, tacha ou calota;

O elemento retrorrefletor deverá resistir aos impactos pneumáticos e às condições ambientais (intempéries, poluição, etc.).

A cola a ser utilizada no assentamento e fixação das peças deverá ser sintética com 2 (dois) componentes, pré-acelerada, à base de resina de poliéster, com as seguintes propriedades: Não sofra retração após a cura, para não permitir vazios entre as peças e o pavimento, movimentos do pino de fixação, tempo máximo de cura de 60 minutos, alta aderência em pavimentos Asfálticos.

Independentemente dos ensaios e inspeções, a durabilidade das peças fornecidas e/ou implantadas, deverá ser de 3 (três) anos, no que diz respeito a deslocamento, quebra, soltura do pavimento, bem como do retrorrefletor, excetuando casos que comprovadamente não forem responsabilidade da Contratada.

As distâncias entre as tachas e tachões obedecerão aos seguintes critérios:

Eixo da via: Um tachão a cada 15 metros, e duas tachas a cada 5 metros neste intervalo;

Bordos laterais das vias: Uma tacha a cada 10 metros;

Zebrados: Um tachão a cada 1 metro.

Barreira para sinalização de trânsito fabricado em polietileno com proteção contra raios UV e a Sinalizador Viário fabricado com 02 lentes circulares translúcida em policarbonato na cor âmbar e corpo em polipropileno, facilmente visível dia e noite.

A necessidade do cone juntamente com o sinalizador viário será para sinalizar as vias que estarão em obras tanto de dia quanto a noite com objetivo de a fim de evitar acidentes, e observando as regras de distância normatizadas pelo código de trânsito. O Cone e o sinalizador viário é fabricado com matéria prima de alta qualidade com faixas refletivas de acordo com a **norma ABNT NBR 15071**.



V. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- a) Realizar, com seus próprios recursos, todos os serviços relacionados ao objeto desta licitação, de acordo com as especificações estipuladas neste Termo;
- b) Responsabilizar-se pelo produto e serviços, zelando pelos cumprimentos dos prazos e pela qualidade da entrega final;
- c) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no certame;
- d) Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que der causa;
- e) Cumprir a legislação trabalhista com relação a seus funcionários e, quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados;
- f) Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste certame, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;
- g) Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.
- h) Apresentar, quando solicitado pela Administração Municipal, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais; e
- i) Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do contrato a ser firmado após esta concorrência.

VII. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- a) Fornecer os elementos básicos e dados complementares necessários para o perfeito desenvolvimento dos serviços;
- b) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada;
- c) Comunicar à contratada, toda e qualquer orientação acerca dos serviços a serem executados;
- d) Fiscalizar e proceder administrativamente, toda vez que for necessário; e
- d) Efetuar os pagamentos conforme previsto neste Termo de Referência.

VIII. DOS RECURSOS, DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FORMA DE PAGAMENTO.

a) As despesas decorrentes dos serviços apresentados neste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Paracambi para o ano de 2022, conforme disposto abaixo:

Programa 0014 “Trânsito Amigo”;

Ação 1045 “ Campanha de Educação no Trânsito”

Cod. Reduzidos: 545

Fonte de Recursos: 0084; e

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

b) A CONTRATANTE pagará pelos serviços prestados pela CONTRADA em valor único, após o aceite do objeto por parte da fiscalização;

A solicitação de pagamento será composta pelos seguintes documentos:

1. Carta de solicitação de avaliação dos serviços realizados;
2. Relatório fotográfico que comprove os serviços executados, assinada pelo representante da contratada;
3. Cópia de empenho;
4. Certidões;
5. Relatório de aceite do Fiscal; e
6. Nota fiscal atestada por servidores públicos habilitado para esse fim.

IX. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O prazo para a realização dos serviços é de 12 meses, contado a partir da assinatura do contrato. As quantidades de serviço são uma estimativa para todo o período, e poderão variar conforme a necessidade da contratante, esta variação já está prevista na planilha quantitativa de serviços. O fornecimento e prestação de serviços ocorrerão por meio da emissão de Ordens de Serviço, especificando o local de execução e os procedimentos a serem adotados. A execução dos serviços solicitados deverá ser iniciada no máximo em 7 (sete) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Durante a execução a contratada deverá definir a melhor sequência de modo a causar o mínimo de interferências no tráfego, assim como sinalizar adequadamente o trecho a fim de orientar o fluxo de veículos. Tais definições deverão ser apresentadas à contratante para que esta avalie a solução logística sugerida e autorize o início dos trabalhos.

X. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto será realizado de acordo com o art. 73 da Lei 8.666/93.

a) provisoriamente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da CONTRATADA;

b) definitivamente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso de prazo de observação, vistoria e adequação do objeto aos termos contratuais, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório.

A entrega do objeto pela CONTRATADA e seu recebimento pela Prefeitura Municipal de Paracambi não implicam sua aceitação definitiva que será caracterizada pela atestação da nota fiscal/fatura correspondente.

A empresa deverá efetuar os consertos ou substituições que se fizerem necessários, dentro do prazo mínimo de 1 ano para os serviços e conforme garantia do fabricante para o produto.

XI. DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da lei nº 8.666, de 1993, será designada pelo **Secretário Municipal de Transito e Transportes Municipais**, uma comissão com no mínimo dois membros, para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da lei nº 8.666, de 1993.

O representante da administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos.

XII. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo (a) contratado (a), ressaltando-se, em especial, o prazo para entrega e as especificações do objeto, poderão ser aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/ 93, garantida a prévia defesa.

XIII. DA VIGÊNCIA

O Prazo de vigência do contrato de serviço é de 12 meses, podendo ser renovado por igual período.

Paracambi, ____/____/2023

Endereço da secretaria:

Telefone:

E-mail:

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

ACOLHO DO SECRETÁRIO

Paracambi, ____/____/2023.

LUCIANO PIRES BENEVENUTO

Secretário Municipal de Trânsito e Transportes Municipal



ANEXO 8
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

PROCESSO Nº 8772/2021

LICITAÇÃO Nº ____/CPL/2023

VALIDADE: 12 (doze) Meses a partir da assinatura.

ÓRGÃO GERENCIADOR: CHEFIA DE GABINETE

SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes

Aos _____ dias do mês de _____ de 2023, às _____ horas, na Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi– RJ, é celebrado o presente compromisso entre o **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, por intermédio da **Chefia de Gabinete** do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a empresa _____ estabelecida na _____ CNPJ nº _____, doravante denominada **COMPROMITENTES**, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, _____, natural do _____, residente e domiciliado na Rua _____ CEP: _____ inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº _____, RG nº _____, de acordo com o processo administrativo nº **8772/2021**, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 5.267/2021 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 ainda o edital nº ____/CPL/2023, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Primeiro – A presente ata tem por objeto vincular a **COMPROMITENTE** com o Sistema Registro de Preços do Município de Paracambi, **OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL, PARA FORNECIMENTO DE INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E TRÁFEGO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ**, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$

Parágrafo Primeiro – A presente ata vincula a **COMPROMITENTE** a prestação de serviços nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pelo órgão gerenciador e participantes.

Parágrafo Segundo - O presente registro de preços não obriga o **MUNICÍPIO** a solicitar qualquer quantidade de material registrado, facultando-se a realização de licitação específica para eventual aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo Terceiro – A utilização da Ata de Registro de Preços demandará a formalização de contrato administrativo entre o **MUNICÍPIO** e a **COMPROMITENTE**, cuja celebração será dispensada de acordo com as hipóteses legais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

O prazo de validade deste Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contatos a partir da data de assinatura do presente instrumento

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- I. observar a ordem classificatória do registro no momento de emissão da ordem de serviços;
- II. realizar os pagamentos devidos à **COMPROMITENTE**, nas condições estabelecidas nesta ata;
- III. fornecer à **COMPROMITENTE** documento, informações e demais elementos que possuir pertinentes à



- IV. exercer a fiscalização da prestação de serviço solicitado;
- V. receber provisória e definitivamente o objeto a ser prestado nas formas definidas;
- VI. fornecer a contratada acesso a todo e qualquer setor das Secretarias Municipais envolvidas, visando a execução das atividades nele previstas;
- VII. realizar permanente pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação e/ou emissão da ordem de fornecimento, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE

Constituem obrigações da **COMPROMITENTE**:

- I. prestar o serviço de acordo com as normas vigentes e as especificações contidas nesta ata;
- II. prestar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no produto fornecido, sempre que a ela imputáveis;
- III. acatar as instruções emanadas da fiscalização;
- IV. sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao fornecimento de bens, a menos que expressamente autorizada pelo **MUNICÍPIO**;
- V. atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos do art. 71, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- VI. reconhecer que o **MUNICÍPIO** não manterá qualquer vínculo de natureza trabalhista com seus profissionais e empregados, responsabilizando-se o fornecedor por quaisquer acidentes decorrentes de suas atividades;
- VII. atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento e do Termo de Referência;
- VIII. não transferir ou ceder a outrem a obrigação de fornecer prevista nesta Ata, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento ao **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado;
- IX. arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas;
- X. manter as condições de habilitação que permitam a contratação da empresa pelo **MUNICÍPIO** ao longo da vigência do registro de preços, conforme o previsto no artigo 27 e seguintes da Lei Federal nº 8666/1993 e exigido no edital nº _____;
- XI. atender a todas as obrigações fixadas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUINTA – DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS

Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pelo **MUNICÍPIO**, nos termos desta ata, será da ordem de **R\$** _____ (_____).

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

A prestação de serviços deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos de instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial;

Parágrafo primeiro. Cada ordem de fornecimento emitida pelo órgão gerenciador, participantes ou não participantes deverá observar os quantitativos mínimos dispostos no Termo de Referência.



Parágrafo Segundo - A fiscalização do fornecimento será realizada por servidor designado pelos órgãos gerenciador ou participantes ou por comissão de fiscalização.

Parágrafo Terceiro - O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados da consecução do objeto contratado, a adequação as especificações técnicas e a quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização da contratação;

II. definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização da contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Quarto – caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à contratada, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

Parágrafo Quinto – o atestado de recebimento definitivo somente será exigido quando a demonstração pelo contratado do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas decorrentes da mão de obra utilizada na consecução do objeto do contrato.

Parágrafo Sexto - o representante do MUNICÍPIO, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas ao fornecimento do material, determinando o que for necessário à regularização das faltas e os defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Sétimo – A COMPROMITENTE declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Oitavo – A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento de material não excluem ou atenuam a responsabilidade da COMPROMITENTE, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE

O **COMPROMITENTE** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento de bens, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro - A **COMPROMITENTE** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do fornecimento de bens, podendo o **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Segundo - A reiterada ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo primeiro poderá ensejar a rescisão da ata de registro caso, após formalmente notificada, a **COMPROMITENTE** não venha a sanar a falta com a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.

CLÁUSULA OITAVA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** fará o pagamento das parcelas referentes à prestação de serviço por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **COMPROMITENTE**. O pagamento dar-se-á em parcelas mensais referentes ao material efetivamente entregue.

Parágrafo Primeiro - O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplimento da obrigação, devendo a **COMPROMITENTE** apresentar solicitação formal de pagamento, instruída com os documentos exigidos pelo Decreto Municipal nº 4.481/2017.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Parágrafo Segundo - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **COMPROMITENTE**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo _____ (*índice de atualização*) e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo Quarto - Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quinto - No caso de atraso no pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

A CONTRATADA deverá oferecer garantia do OBJETO, conforme prevê o Termo de Referência - ANEXO 6.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO

A presente ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante termo aditivo.

Parágrafo primeiro - A presente Ata poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

I. Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Município poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.

II. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado para o mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

Parágrafo segundo - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador deverá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade, desde que a comunicação ocorra antes da autorização de fornecimento ou da ordem de início da prestação do serviço e seja comprovada a veracidade das informações prestadas.

Parágrafo terceiro - Nas hipóteses do inciso II e parágrafo terceiro desta Cláusula, caso reste inviabilizada a concretização da contratação com o fornecedor ou prestador de serviço registrado, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto no artigo 61 do Decreto Municipal nº 5.267/2021 nas seguintes hipóteses:

I. descumprir as condições da ata de registro de preços;



II. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

V. por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

Parágrafo Primeiro – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A declaração de cancelamento do registro de preços, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de cancelamento do registro de preço por culpa da **COMPROMITENTE**, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a mesma sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado do fornecimento não efetuado, sem prejuízo da retenção de créditos e das perdas e danos que forem apurados.

Parágrafo Quarto – Havendo cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, segundo Decreto Municipal nº 5.267/2021.



Parágrafo Segundo - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

Parágrafo Quarto - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes nos incisos II, III e IV.

Parágrafo Quinto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

Parágrafo Sexto - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Oitavo - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **COMPROMITENTE**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do fornecimento tenha acarretado, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **COMPROMITENTE** tenha em face do **MUNICÍPIO**, quando não comportarem cobrança amigável.

Parágrafo Primeiro – Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **COMPROMITENTE** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

O presente registro não poderá ser objeto de subcontratação no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **COMPROMITENTE**, a impossibilidade de opor, perante o **MUNICÍPIO**, a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro – A suspensão da execução a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **COMPROMITENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata, a quem compete autorizar a adesão, observados os limites e diretrizes fixados no Decreto Municipal nº 5.267/2021.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Parágrafo Primeiro. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

Parágrafo Segundo. O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro. O conjunto de solicitação de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao dobro do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA

A ata devidamente assinada pelas partes deverá ser publicada em diário oficial e divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Paracambi, devendo a autoridade competente adotar as providências necessárias à remessa de cópia ao TCE-RJ.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente termo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, e na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____ de _____ de 20____.

MUNICÍPIO

COMPROMITENTE

TESTEMUNHAS:

1 - _____

2- _____

CPF: _____

CPF: _____



ANEXO 9
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL, PARA FORNECIMENTO DE INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E TRÁFEGO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ. ORIUNDO DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi-RJ, inscrito no CNPJ nº 29.138.294-0001-02, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo **Sr. Cleiton Dutra da Silva, Chefe de Gabinete, matrícula 14.488**, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, situada na _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada, nesta ato, por _____ (qualificação completa do representante da contratada) doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato para o **OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL, PARA FORNECIMENTO DE INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E TRÁFEGO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ.**, de acordo com o processo administrativo nº **8772/2021** e o Edital de Licitação nº _____, observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Municipal nº 5.267/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto: **OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL, PARA FORNECIMENTO DE INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E TRÁFEGO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ**, de acordo com os quantitativos indicados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR R\$	V.TOTAL R\$
------	-----------	------	-----------	-------------

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

O prazo de vigência do contrato administrativo poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, desde que a proposta da contratada seja mais vantajosa para o Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- II. fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- V. emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato



CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. fornecer o objeto contratado observando todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do Município;
- II. executar o objeto com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a fornecimentos dessa natureza;
- III. efetuar, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, no tempo determinado por este, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos bens fornecidos, sempre que a ela imputáveis;
- IV. quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo **MUNICÍPIO** obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de fornecimento impugnadas;
- V. obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste Contrato e no Edital, cabendo ao Município, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização;
- VI. requerer, junto aos órgãos competentes, a autorização para execução de quaisquer atividades envolvidas neste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento dos mesmo e pela fiel observância da legislação aplicável;
- VII. permitir ao Município, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso a suas dependências, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhe forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- VIII. substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- IX. disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- X. comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- XI. arcar com ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do Município;
- XII. arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe necessárias à plena execução do objeto contratado;
- XIII. arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;
- XIV. aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme estabelece o § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- XV. responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros em decorrências de atos ou omissões perpetrados quando da execução do objeto do contrato;
- XVI. responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- XVII. manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/1993;



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

XVIII. apresentar ao Município, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;

XIX. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar a prestação de serviços;

XX. Correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de imprudência, negligência ou imperícia sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:

- a) má qualidade dos serviços prestados;
- b) violação do direito de propriedade industrial;
- c) furto, perda, roubo, deterioração ou avarias de materiais ou equipamentos;
- d) ato ilícito seu e de seus empregados ou prepostos que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;
- e) acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com seus empregados ou terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual ou em decorrência da execução deles.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de R\$ _____ (_____), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo segundo. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de **12 (doze) meses** a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresso requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice _____ (índice de reajuste).

Parágrafo terceiro. A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, em virtude de eventos supervenientes, a fim de assegurar manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS:

PROGRAMA DE TRABALHO:

ELEMENTO DE DESPESA:

Parágrafo único. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** iniciará a execução contratual no prazo máximo indicado na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento do objeto do presente contrato ficará a cargo da Comissão de Fiscalização designada pela autoridade requisitante, que será responsável por:



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

I. fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;

II. notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;

III. suspender a execução do fornecimento julgado inadequado;

IV. sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;

V. exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do objeto contratado, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 109, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. A fiscalização do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados do fornecimento do material, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização do contrato;

II. definitivamente, após parecer circunstanciado da fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O objeto do presente contrato será executado sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, observando-se os valores e as periodicidades de cada etapa.

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à prestação efetiva do serviço objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no termo de referência e no edital e na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo segundo. Eventuais discrepâncias nos serviços prestados poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

Parágrafo terceiro. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

Parágrafo quarto. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** apresentar solicitação formal de pagamento, instruída com os documentos exigidos pelo Decreto Municipal nº 4.481/2017.

Parágrafo quinto. Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo sexto. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo _____ (índice de atualização financeira) e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo sétimo. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo oitavo. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá oferecer garantia do **OBJETO**, conforme prevê o Termo de Referência - **ANEXO 6**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);



IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

Parágrafo Quarto - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra II, III e IV.

Parágrafo Quinto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

Parágrafo Sexto - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Oitavo - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

As partes se vinculam aos termos do presente contrato, às regras previstas no edital de licitação e ao termo de referência, bem como à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

As circunstâncias ocorridas durante a execução do contrato que não foram previstas no presente instrumento serão resolvidas a partir da aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993 e os princípios de Direito Público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____/____/202.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF:

1 - _____
CPF:



ANEXO 10

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Processo nº: 8772/2021

Licitação nº: _____CPL/2023

Atesto que o Srº _____, portador da carteira de identidade nº _____, representando a empresa _____, CNPJ _____, sediada a _____ nos termos do Edital de Licitação sob a modalidade Pregão Presencial nº _____/CPL/ /20209, através de visita realizada junto à Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte tomou conhecimento e está ciente das condições e dos locais e que recebeu instruções e informações adicionais necessárias à prestação dos serviços objeto desta licitação, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.

Paracambi _____ de _____ de 2024.

Assinatura e carimbo do responsável
Secretário Municipal

Assinatura do Representante da Licitante